

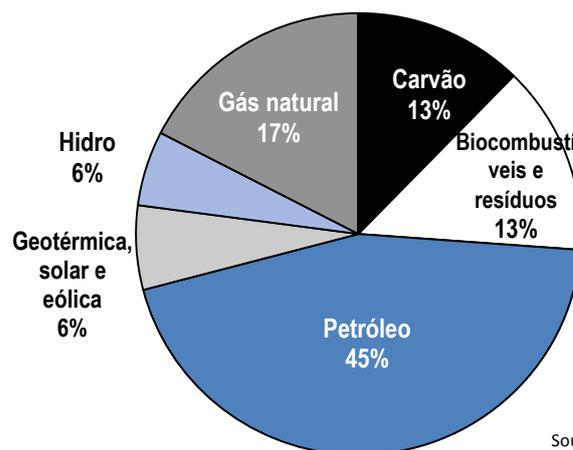
Inventário de medidas de apoio aos combustíveis fósseis: Portugal

O Inventário de medidas de apoio aos combustíveis fósseis da OCDE identifica, documenta e prevê apoio orçamental direto e despesas fiscais que apoiam a produção ou o consumo de combustíveis fósseis nos países da OCDE e em seis economias parceiras importantes (África do Sul, Brasil, República Popular da China, Índia, Indonésia e Federação Russa).

Recursos energéticos e estrutura do mercado

Portugal é altamente dependente dos combustíveis fósseis importados, facto que incentivou a que se envidassem esforços no sentido de diversificar e assegurar o seu aprovisionamento energético, sobretudo fomentando a utilização de gás natural e de fontes de energia renováveis. O gás natural, introduzido pela primeira vez em Portugal em 1997 através de importações, atingiu 17% da oferta total de energia primária (ATEP) em 2013. Portugal é uma das poucas economias desenvolvidas em que as energias renováveis se constituem como única fonte de energia endógena. As energias renováveis representavam aproximadamente 24% da ATEP e 58% da produção de eletricidade em 2013.

Oferta total de energia primária em 2014



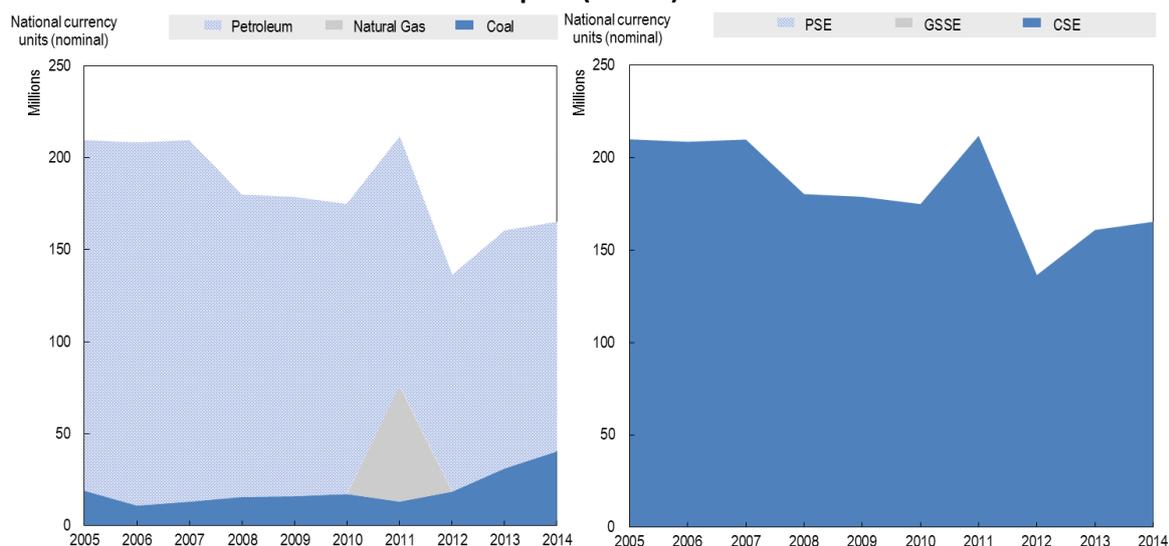
Source: IEA

Portugal ainda não descobriu depósitos significativos de petróleo nem de gás natural no seu território, mas algumas empresas continuam a explorar a plataforma continental. A quota do petróleo da OTEP tem vindo a diminuir gradualmente desde a década de 1970: de 76% em 1973 para 64% em 2001 e para 45% em 2013. Encerrou a última mina de carvão em 1994. É também expectável que a quota de carvão da OTEP diminua de forma regular, à medida que o gás natural e as energias renováveis ocupam progressivamente uma quota cada vez maior.

Todo o gás natural de Portugal é importado, sobretudo da Argélia (através do gasoduto que atravessa a Espanha) e da Nigéria (GNL). O setor da eletricidade juntamente com o setor da cogeração é o maior consumidor de gás natural, representando 45% do consumo total em 2013, o que faz com que os dois setores estejam estreitamente interligados no país. Na sequência da liberalização em 2006, a EDP (*Energias de Portugal*) e a Galp são atualmente os principais agentes nos mercados da eletricidade e do gás natural. As reformas resultaram igualmente na existência de um operador único da rede de transporte tanto para as redes de gás quanto de eletricidade. A REN (*Redes Energéticas Nacionais*) adquiriu os ativos de transporte de energia anteriormente detidos pela EDP, o operador de transporte de gás anteriormente operado pela *Transgás*, empresa detida pela Galp, o terminal de GNL em Sines e as instalações existentes de armazenamento de gás.

Ao longo da última década, Portugal envidou esforços consideráveis para desregulamentar a sua produção de energia e os mercados de distribuição. Todos os consumidores de eletricidade podem agora escolher o seu fornecedor (embora as tarifas reguladas continuem a ser uma opção) e a maior parte dos Contratos de Aquisição de Energia já não se encontra em vigor.

Apoio total aos combustíveis fósseis em Portugal por tipo de combustível (esquerda) e indicador de apoio (direita)



Nota: CSE=Consumer Support Estimate (estimativa de apoio aos consumidores); PSE=Producer Support Estimate (estimativa de apoio aos produtores); GSSE=General Services Support Estimate (estimativa de apoio aos serviços gerais).

Preços da energia e impostos

Em 2012, Portugal concluiu a liberalização dos seus mercados do gás natural e da eletricidade, devendo as tarifas reguladas serem eliminadas até 2017. Desde janeiro de 2010, todos os consumidores de gás natural têm o direito a escolher livremente o seu fornecedor de gás natural.

A Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) é responsável pela fixação e aprovação das tarifas do gás natural a aplicar pelas empresas reguladas do setor.

Desde 2004 que não existe a fixação de um limite máximo para os preços de retalho dos combustíveis para veículos automóveis. Os preços dos combustíveis para os transportes são, regra geral, mais elevados do que na vizinha Espanha, principalmente devido à tributação aplicada. É aplicada a taxa normal de IVA de 23% à gasolina e ao gasóleo rodoviário. Desde 2007, o sistema de tributação dos veículos tem em conta os níveis de emissão de CO₂, para além da cilindrada do veículo.

Desenvolvimentos e tendências recentes no apoio

Em Portugal existe um vasto leque de medidas que concedem isenções fiscais ou reduções da taxa de imposto a combustíveis específicos utilizados para fins específicos. Uma parte significativa destes benefícios deve-se à taxa reduzida aplicável ao gasóleo colorido e marcado utilizado por equipamentos agrícolas autorizados, cuja despesa fiscal está avaliada em 71,8 milhões de EUR em 2013 (em 2014, a despesa fiscal reduziu-se para 71,2 milhões de EUR). As taxas de IVA são reduzidas para os combustíveis usados pelos fatores de produção e máquinas agrícolas (13%) e para a recolha de resíduos e abastecimento de água (6%).

Exemplos de medidas

Taxa de IVA intermédia para determinados combustíveis (2005-)	Ao fuelóleo leve, independentemente da utilização, e ao querosene para aquecimento, aplica-se a taxa intermédia de IVA de 13%; A taxa de IVA normal em Portugal está fixada nos 23%.
Isenção do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP) para os produtores de eletricidade	Esta medida consubstancia a isenção obrigatória prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 14.º da Diretiva n.º 2003/96/CE, do Conselho, de 27 de outubro de 2003 (produção de eletricidade) e a isenção facultativa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 15.º da mesma diretiva (Cogeração de calor e eletricidade). Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, esta medida também isenta o combustível para motores a gasóleo do imposto especial sobre o consumo, se o mesmo for utilizado para a produção de energia elétrica. Os números de 2014 elevam este apoio para os 20,4 milhões de EUR.